

Congresso inicia 'esforço' votando aumento

■ Reajuste para presidente, vice, ministros e parlamentares será aprovado hoje. O do salário mínimo esbarra na falta de quórum

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O reajuste dos vencimentos de parlamentares, presidente e vice-presidente da República e ministros de Estado será o primeiro projeto a ser votado hoje pelo Congresso, no primeiro dos três dias do *esforço concentrado* desta semana — que poderá ser, na realidade, a última semana de trabalhos no Congresso antes do final da legislatura, em 31 de janeiro. O deve ser aprovado em votação simbólica. A proposta de aumento do salário mínimo de R\$ 70 para R\$ 100 ficou para a pauta de amanhã, mas os parlamentares avaliam que dificilmente haverá quórum para sua aprovação.

O decreto legislativo que fixará os novos salários do presidente, vice, parlamentares e ministros foi entregue ontem ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE). O presidente terá, a partir de 1º de fevereiro, o salário aumentado de R\$ 3.400 para R\$ 8.500. Para o vice-presidente e os ministros, o aumento será de R\$ 3.138 para R\$ 8.000. Os vencimentos dos deputados e senadores saltarão de R\$ 4.088 para R\$ 8 mil. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), embora não mencionados no decreto, também terão vencimentos de R\$ 8 mil, já que, por lei, ganham o mesmo que ministros de Estado.

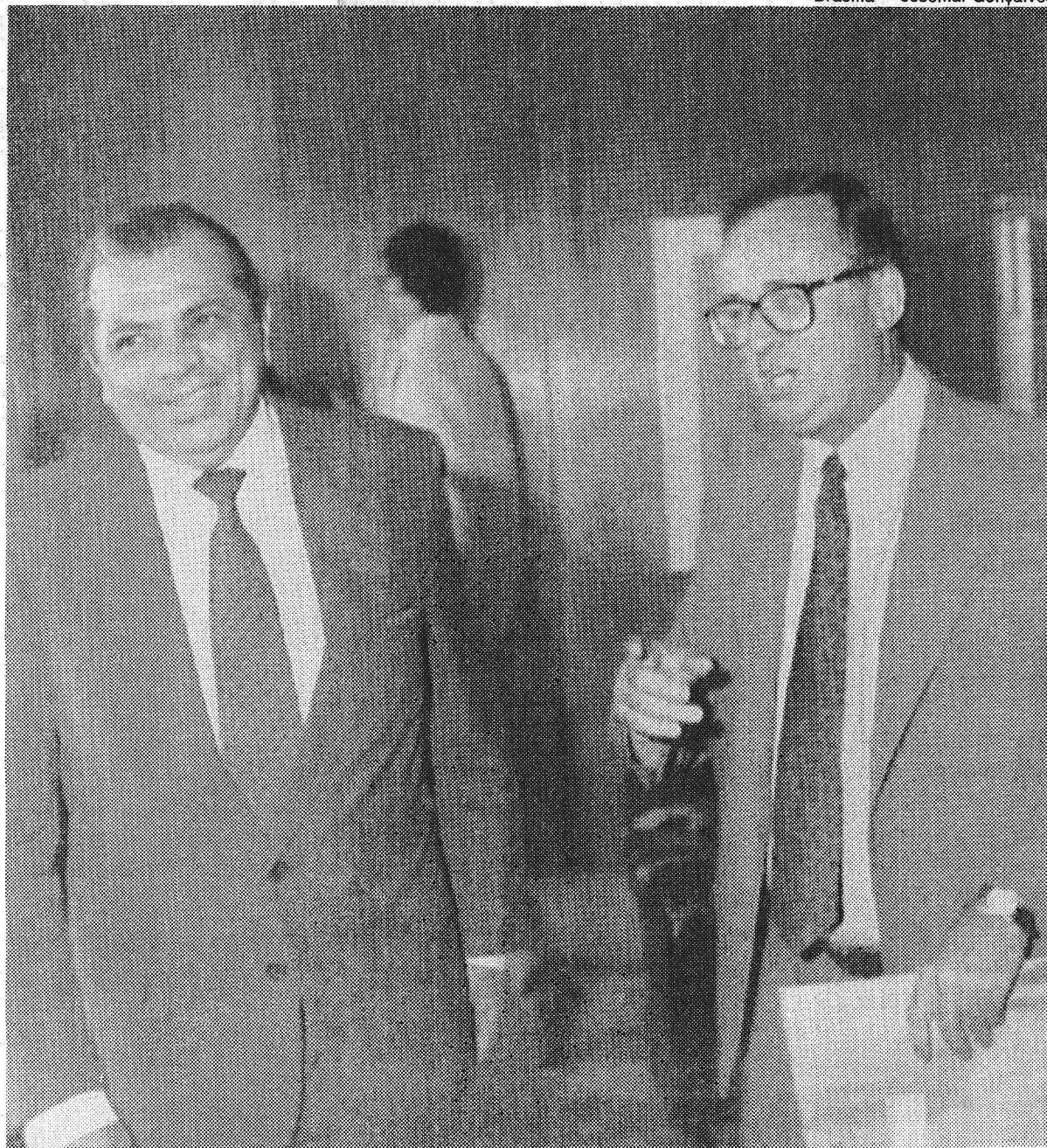
O decreto legislativo inova em um ponto: deputados e senadores só receberão os R\$ 8 mil brutos se não faltarem aos dias de sessão —

que normalmente só acontecem às terças, quartas e quintas-feiras. Os parlamentares, segundo Inocêncio, terão uma parcela fixa de R\$ 3 mil e outra variável, de R\$ 5 mil. “Se tivermos dez sessões num mês, por exemplo, cada uma vai valer R\$ 500. Quem faltar, perde”, explicou.

O PT vai votar favoravelmente ao projeto de decreto legislativo, informou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR). Mas hoje, na reunião de bancada, o partido decidirá se condiciona a aprovação à colocação do aumento do salário mínimo como o primeiro da pauta de quarta-feira. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considera uma “incoerência” esses reajustes porque o governo nega aumento do salário mínimo e reajuste integral para o funcionalismo.

Vinculação — Segundo Inocêncio Oliveira, os salários do funcionalismo não têm qualquer vinculação legal com os vencimentos de parlamentares, presidente, vice e ministros. Ele disse que Executivo, Legislativo e Judiciário levaram dois meses discutindo a fixação desses valores que, pelo Artigo 49 da Constituição, tem de ser feita no final de cada legislatura.

Após a aprovação na Câmara, o decreto terá de ser aprovado no Senado. Participaram da comissão que definiu o aumento o diretor-geral da Câmara, Aldemar Sabino, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge.



Inocêncio (E) e Aldemar Sabino acham que encontraram a fórmula para desestimular os gazeteiros